

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO (SEPLAN)
Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE)

NOTA TÉCNICA

Nº 25

A Distribuição de Renda no Estado do Ceará no Período 2001-2005

Victor Hugo de Oliveira Silva¹
André Oliveira Ferreira Loureiro²

Fortaleza-CE
Junho/2007

¹ Mestre em Economia – CAEN/UFC. Analista de Políticas Públicas do IPECE.

² Mestre em Economia – CAEN/UFC. Analista de Políticas Públicas do IPECE.

Textos para Discussão do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE)

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Cid Ferreira Gomes – Governador

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO (SEPLAG)

Silvana Maria Parente Neiva Santos – Secretária

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE)

Marcos Costa Holanda – Diretor-Geral

Marcelo Ponte Barbosa – Diretor de Estudos Econômicos

Eveline Barbosa Silva Carvalho – Diretor de Estudos Sociais

A Série Textos para Discussão do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), tem como objetivo a divulgação de trabalhos elaborados pelos servidores do órgão, que possam contribuir para a discussão de diversos temas de interesse do Estado do Ceará.

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE)

End.: Centro Administrativo do Estado Governador Virgílio Távora

Av. General Afonso Albuquerque Lima, S/N – Edifício SEPLAN – 2º andar

60830-120 – Fortaleza-CE

Telefones: (85) 3101-3521 / 3101-3496

Fax: (85) 3101-3500

www.ipece.ce.gov.br

ipece@ipece.ce.gov.br

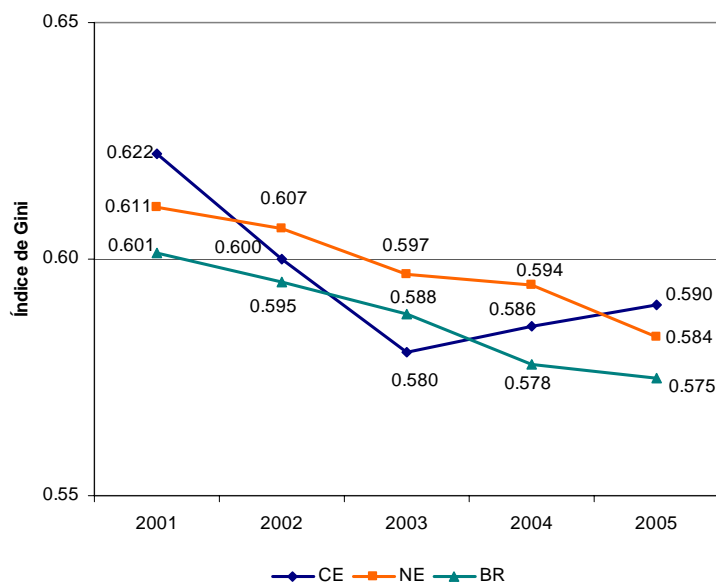
1. INTRODUÇÃO

Nos últimos cinco anos, a tendência de queda na desigualdade de renda no Brasil tem se tornado evidente e tem sido debatida entre especialistas e pesquisadores. Entre eles se destacam os trabalhos de Neri (2006b) e Barros et al. (2007), que evidenciam que a distribuição da renda no Brasil tem se tornado menos desigual nos últimos anos. Estes autores mostram que apesar de se verificar uma acentuada e contínua tendência de queda da desigualdade de renda no país, sua posição em relação a outros países ainda é preocupante. Nesse estudo, mostra-se que o Brasil ultrapassou apenas 5% dos países no ranking de desigualdade, e seriam necessários mais de 20 anos para que o Brasil atingisse um nível similar ao da média dos países com maior grau de desenvolvimento.

Diversos estudos têm evidenciado que em regiões com elevados índices de pobreza, a desigualdade de renda é algo sempre presente e que dá sustentabilidade a tal fenômeno sócio-econômico. Manso, Barreto e Tebaldi (2006) analisam as fontes da pobreza a partir do crescimento econômico e da distribuição de renda e mostram que reduções na desigualdade de renda são mais efetivas no combate a pobreza do que a elevação da renda média da população. No entanto, os autores mostram que no Nordeste, no período de 1995 a 2004, o principal instrumento utilizado no combate à pobreza tem sido o crescimento econômico em detrimento às políticas de redução da desigualdade de renda.

Barreto et al. (2007) mostra o comportamento da desigualdade entre os estados e regiões brasileiras no período de 2002 a 2005. Os autores formularam um ranking de desigualdade de renda para os estados brasileiros, e evidenciam que o estado do Ceará passou do 21º para o 22º estado menos eqüitativo do país entre os anos de 2004 e 2005. Além disso, esse estudo mostra que a desigualdade de renda dentre os indivíduos mais pobres no estado tem se agravado, ou seja, existe uma crescente dispersão de renda dentro da parcela pobre da população cearense nesse mesmo período.

O Gráfico 1, abaixo, mostra o comportamento do Índice de Gini para o Brasil, Nordeste e Ceará. Vale ressaltar que esse índice é calculado com base na renda familiar per capita.

Gráfico 1.1: Índice de Gini – BR, NE e CE – 2001 a 2005

Fonte: IPECE/PNAD/IBGE

Nesse gráfico, nota-se claramente que o estado do Ceará não seguiu a tendência de queda na desigualdade de renda observada para a região Nordeste e para o Brasil entre os anos de 2003 e 2005, apesar de ter sido um dos primeiros estados brasileiros onde o Programa Bolsa Família foi implementado. Dessa forma, poderíamos questionar o que poderia ter acontecido no período de 2003 a 2005 para que essa tendência da desigualdade de renda fosse crescente no estado do Ceará?

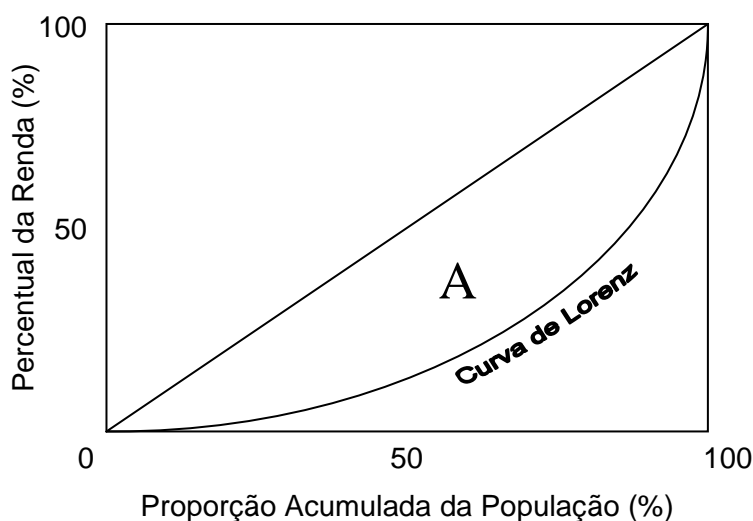
Diversos fatores podem ter contribuído para essa trajetória da desigualdade de renda no Ceará. Certamente o Programa Bolsa Família, criado a partir da Lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004, com o objetivo de atenuar a desigualdade de renda no Brasil desempenhou um papel significativo na distribuição de renda no Brasil. Esse é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza (com renda mensal por pessoa de R\$ 60,01 a R\$ 120,00) e extrema pobreza (com renda mensal por pessoa de até R\$ 60,00). Neri (2006a) tem defendido que para se observar reduções continuadas na desigualdade de renda é necessário que as políticas sociais sejam mais focadas como é o caso do Programa Bolsa Família, visto que o regime de políticas sociais baseado no salário mínimo tem se mostrado pouco eficiente.

Nesse sentido, o presente estudo tem por objetivo mostrar algumas evidências mais detalhadas a respeito dessa tendência de crescimento da desigualdade de renda no Ceará, buscando elucidar as questões levantadas anteriormente.

2 A DESIGUALDADE DE RENDA

Lettieri e Paes (2006) realizam um *survey* sobre medidas de pobreza e desigualdade, onde se destaca a análise teórica para os principais índices. Uma das formas mais conhecidas de se medir desigualdade de renda é através do Índice de Gini, o qual se baseia na curva de Lorenz. O índice pode ser calculado a partir da razão entre a área A e a área do triângulo inferior.

Figura 2.1: Curva de Lorenz



Fonte: IPECE/PNAD/IBGE

Quanto menor a área A em relação ao triângulo inferior, menor é o nível de desigualdade de renda, e vice-versa. De outra maneira, é possível expressar o Índice de Gini através da seguinte expressão:

$$I_G = 1 - \sum_{j=1}^r (\phi_j + \phi_{j-1})(F_j + F_{j-1})$$

De tal forma que ϕ_j é a proporção acumulada da renda até a classe j , e F_j é a proporção acumulada da população até a classe j , e r é o número de classes. Contudo, o Índice de Gini não é a única medida de desigualdade já desenvolvida, mas é a mais utilizada para esse fim, e por isso foi escolhido. Ressalta-se que o Gini está limitado entre 0 e 1, sendo que $G = 0$ indica perfeita distribuição de renda e $G = 1$ indica concentração total de renda no último extrato da população que está sendo considerada.

A pobreza pode ser medida a partir dos índices de proporção de pobres (o chamado "Headcount Ratio").

$$P_1^{n.1}(X, z) = \frac{q}{n}$$

onde q é o número de pobres numa dada população X , e z é a linha de pobreza. Vale salientar que esse índice possui a desvantagem de não captar a intensidade da pobreza³. Porém, a identificação de indivíduos pobres e indigentes é suficiente para o estudo em questão.

A linha de pobreza tem sido alvo de muitos debates entre diversos especialistas, pois ela implica em estimar o número aproximado de pobres e/ou indigentes numa determinada região ou país. A linha pode ser criada a partir da quantidade em valor monetário equivalente em calorias ou cestas básicas de determinados níveis de renda, rendimento familiar per capita em relação ao salário mínimo, a partir das informações da Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar e Censo Demográfico do IBGE.

Schwartzman⁴ chama a atenção para a questão da definição da linha de pobreza, que em um primeiro momento parece ser um problema técnico, mas acaba se transformando em um problema político. Desta forma, as linhas oficiais de pobreza tendem a se transformar numa espécie de ficção estatística que passa a ter vida própria, com relações muitas vezes remotas com a realidade, mas com conseqüências importantes em termos da rigidez que elas introduzem na condução das políticas sociais.

No presente estudo, nós assumimos uma linha de pobreza baseada no salário mínimo, onde indivíduos que ganham abaixo ou igual a $\frac{1}{2}$ salário mínimo são considerados pobres, e aqueles que ganham abaixo ou igual a $\frac{1}{4}$ de salário mínimo são considerados indigentes. Para tanto utilizamos a renda familiar per capita em virtude de alguns aspectos relevantes como:

- i. A redistribuição de renda dentro da mesma família que tende a igualar o consumo ou condições de vida de seus membros;
- ii. A contabilização do número de membros da família, apesar de ser possível observar duas famílias diferentes com valores iguais da renda familiar total;

³ Maiores detalhes, ver Lettieri e Paes (2006).

⁴ Ver link <http://www.schwartzman.org.br/simon/linhas.htm>.

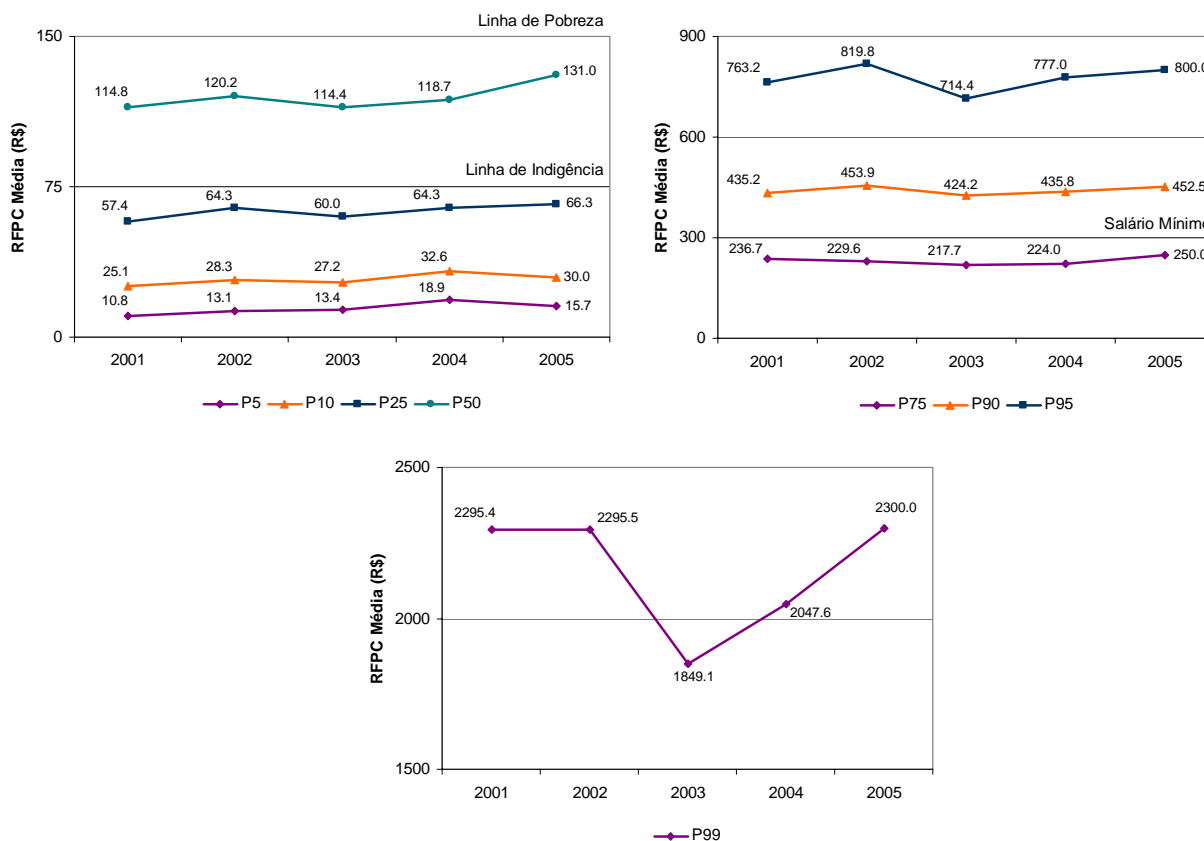
Vale ressaltar que o uso da renda familiar per capita é mais adequado do que a renda domiciliar per capita, pois é mais provável observar transferências de renda entre membros da mesma família ao invés de membros de famílias diferentes, mas que coabitam o mesmo domicílio. Segundo IPEA (1998), o conceito de renda familiar per capita adotado, não considera as economias de escala na produção doméstica, visto que ela é constituída apenas de rendas pessoais dos membros da família.

3 EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS

3.1 O COMPORTAMENTO DA RENDA FAMÍLIA PER CAPITA (RFPC)

O índice de Gini mostra claramente uma elevação da desigualdade de renda no estado do Ceará nos últimos dois anos (ver Gráfico 1.1), seguindo uma tendência contrária aquela verificada para a região Nordeste e Brasil. Essa seção apresenta alguns fatos que estão relacionados a esse aumento da desigualdade de renda no Ceará. No entanto, as conclusões não são definitivas e não excluem outros fatores externos que podem estar contribuindo com tal fenômeno.

Gráfico 3.1: RFPC Média por Quantil da Distribuição



Fonte: IPECE/PNAD/IBGE

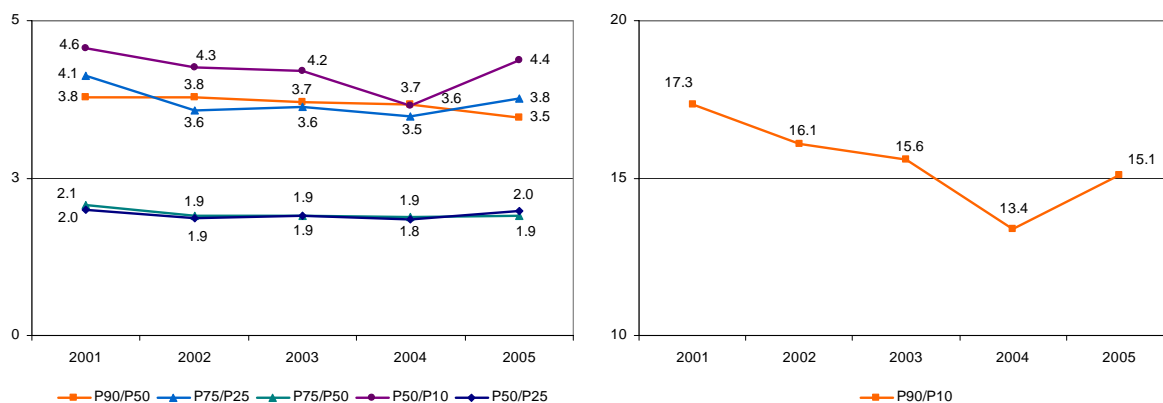
Inicialmente, é necessário realizar uma análise do comportamento da renda familiar per capita⁵ (RFPC) nos principais quantis de sua distribuição. O Gráfico 3.1 acima, apresenta a RFPC média entre os principais quantis da distribuição estabelecendo as linhas de indigência ($\frac{1}{4}$ de salário mínimo), pobreza ($\frac{1}{2}$ de salário mínimo) e salário mínimo (R\$ 300,00 em valores de 2005).

A RFPC média dos quantis de renda mais baixos (P5, P10 e P25) estão abaixo da linha de indigência, estipulada em $\frac{1}{4}$ de salário mínimo em valores de 2005 (R\$ 75,00). Para esses quantis houve uma oscilação nos valores da RFPC média ao longo do período 2001-2005, mas verificando-se uma queda para os quantis P5 (-16,9%) e P10 (-7,8%) entre os anos de 2004 e 2005. Aqueles indivíduos próximos à linha de indigência, P25, obtiveram uma elevação na RFPC de aproximadamente 3% nesse mesmo período. Por outro lado, verificou-se uma tendência de crescimento na RFPC média para o quantil P50 no período de 2003-2005. Esse quantil obteve um crescimento de 10.4% na RFPC média entre os anos de 2004 e 2005.

Considerando os quantis P75 e P90, a RFPC se manteve estável em praticamente todo o período exceto entre os anos de 2004 e 2005, onde se observou um crescimento percentual de 11.6 e 3.8. Em relação ao P95 e P99, apesar da forte queda na RFPC média verificada entre os anos de 2002 e 2003 (-12.9% e -19.4%), esses dois quantis obtiveram um crescimento significativo da RFPC média nos dois anos seguintes. O crescimento observado entre os anos de 2004 e 2005 foi de 3% e 12.3% respectivamente. No entanto, apenas o P99 conseguiu recuperar o valor da RFPC referente ao ano de 2002.

Portanto, observa-se claramente uma redução na RFPC para os quantis mais baixos da distribuição (P5 e P10) entre os anos de 2004 e 2005, enquanto para os demais quantis houve um aumento desse valor. Essa perda relativa de renda dos quantis mais baixos da distribuição (em geral, indivíduos na condição de indigência) torna-se mais evidente quando observamos a razão dos valores médios entre quantis como mostra o Gráfico 3.2, abaixo.

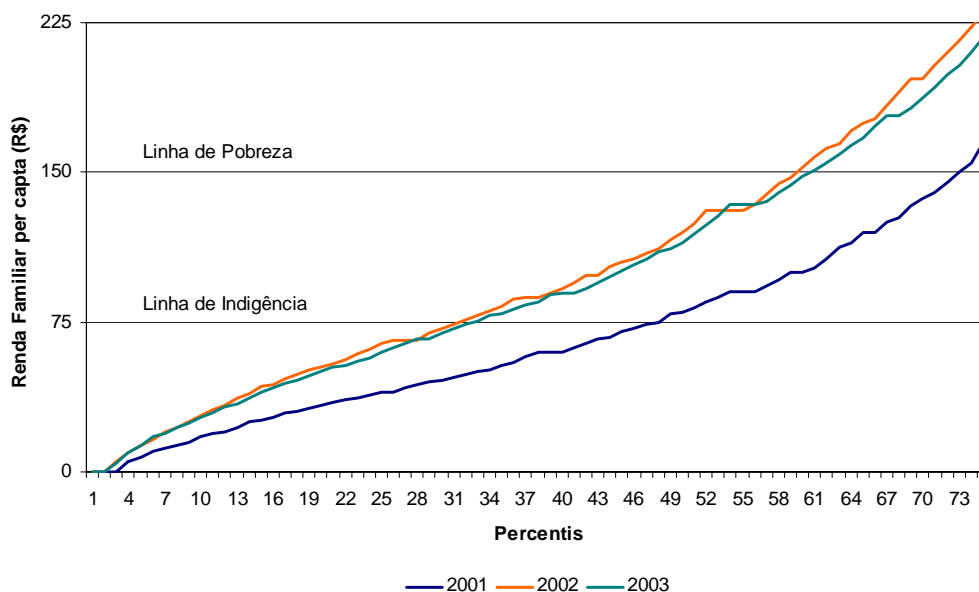
⁵ Vale salientar que os valores da renda familiar per capita estão deflacionados a partir do INPC, que é o índice oficial de deflacionamento de rendas da PNAD. A base para o deflacionamento é o ano de 2005.

Gráfico 3.2: Relação entre Quantis da RFPC Média (2001 – 2002)

Fonte: IPECE/PNAD/IBGE

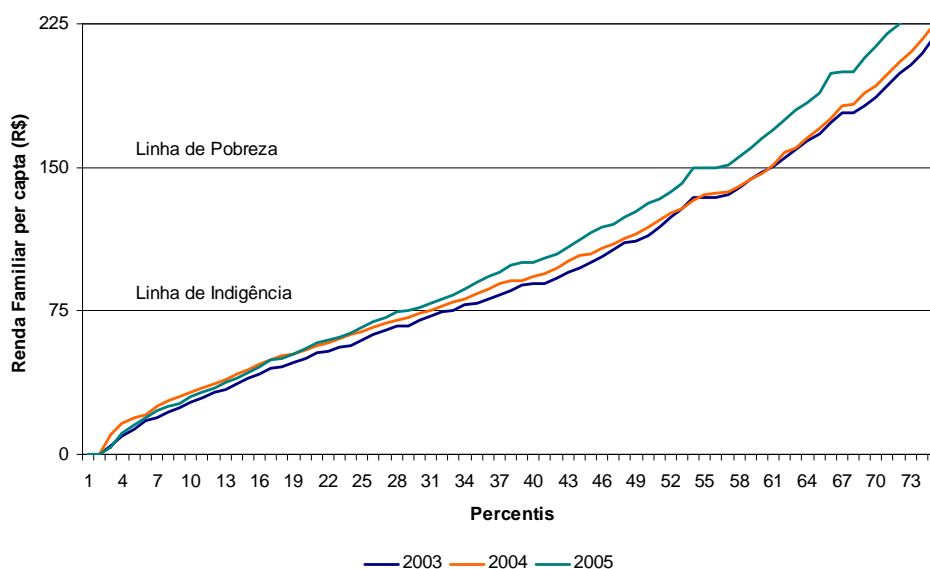
Segundo o Gráfico 3.2, as razões P50/P10 e P90/P10 mostram a significativa perda de renda relativa da parcela da população considerada como os 10% mais pobres. Por outro lado, a razão P90/P50 é decrescente, demonstrando que os indivíduos com RFPC média acima da linha de indigência e abaixo da linha de pobreza (P50, ver Gráfico 3.1) obtiveram uma melhora em sua condição de renda em relação à parcela mais rica da população P(90).

Observando a distribuição da RFPC média é possível notar que cada percentil da distribuição (limitada até o 75º percentil para facilitar a visualização do Gráfico 3.3) obteve um aumento na renda média. No entanto, é interessante observar que esse aumento na RFPC média é maior à medida que os percentis se elevam, ou seja, quando os indivíduos tornam-se mais ricos. Claramente, no período 2001-2003, o aumento é maior em média para aqueles indivíduos que estão acima da linha de indigência em relação ao que estão abaixo dessa linha (ver Gráfico 3.3a, abaixo).

Gráfico 3.3a: Distribuição da Renda Média Familiar per capita no Ceará (2001 a 2003)

Fonte: IPECE/PNAD/IBGE

No período 2003 a 2005, é possível notar que os centis mais baixos da distribuição (valores abaixo da linha de indigência) obtiveram perdas de RFPC. Enquanto para os centis acima da linha de indigência e abaixo da linha de pobreza, houve um crescimento da RFPC média (ver Gráfico 3.3b, abaixo).

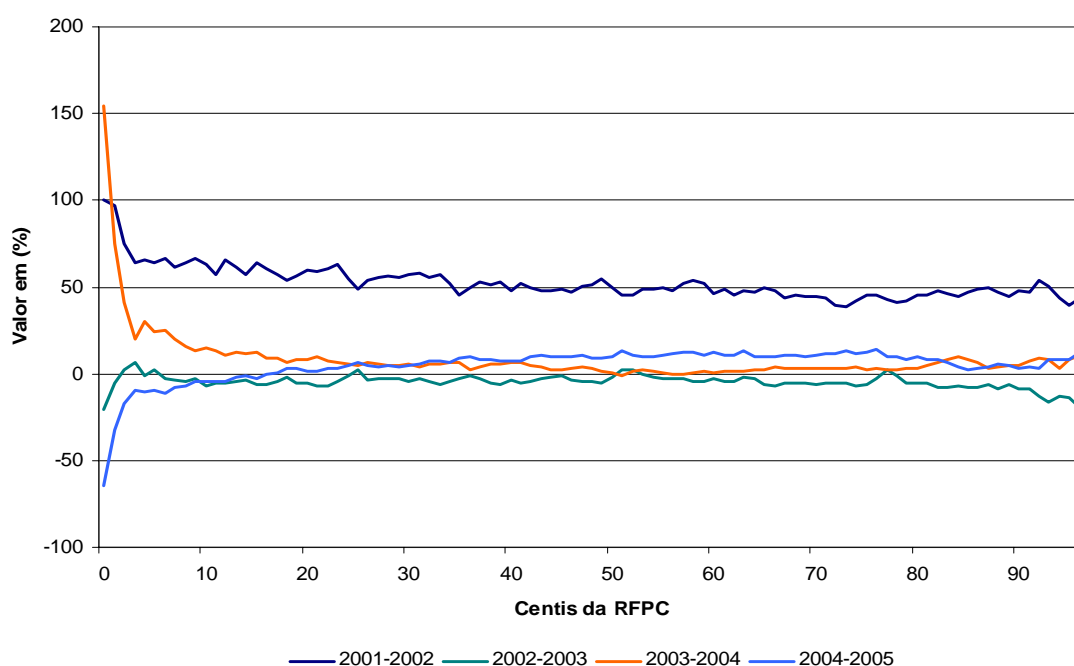
Gráfico 3.3b: Distribuição da Renda Média Familiar per capita no Ceará (2003 a 2005)

Fonte: IPECE/PNAD/IBGE

Isso mostra que para os centis abaixo do 50º, onde seguramente todos os indivíduos estão abaixo da linha de pobreza, os mais pobres (abaixo da linha de indigência) obtiveram uma perda significativa de renda em relação aos menos pobres no período de 2003-2005, confirmando o resultado do Gráfico 3.2.

De acordo com o Gráfico 3.4, abaixo, o período 2001-2002 apresentou significativos aumentos da RFPC média para todos os centis da distribuição. Por outro lado, entre os anos de 2003 e 2003, quase todos os centis obtiveram perda de renda. Vale ressaltar que nesse período, a queda na RFPC média foi mais significativa para os centis acima do 75º, ou seja, a queda de renda foi mais acentuada para a parcela mais rica da população. Possivelmente, a conjuntura macroeconômica os anos de 2002 e 2003 podem ter contribuído para essa perda de renda nos centis mais elevados da distribuição.

Gráfico 3.4: Crescimento Anual da RFPC por Centil da Distribuição (2001-2005)



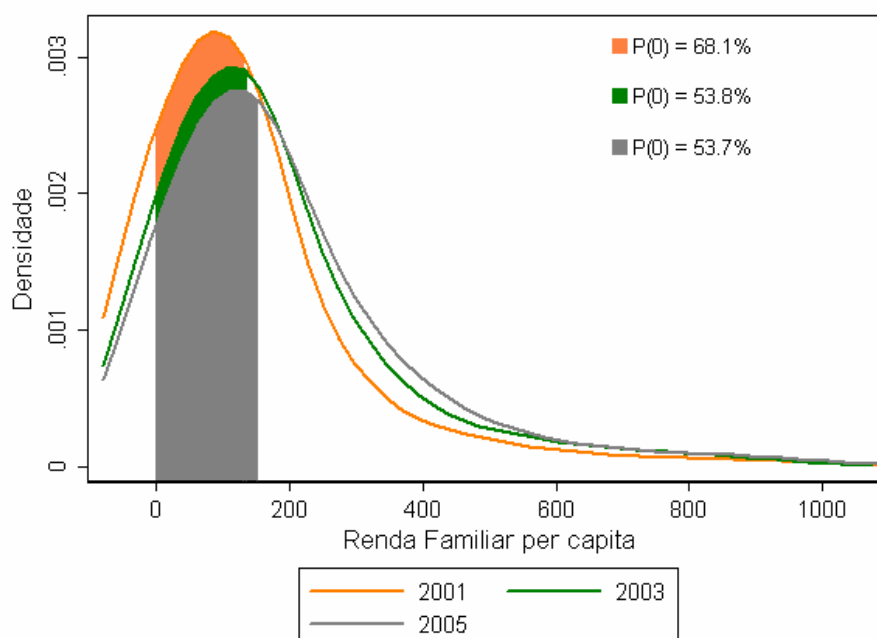
Fonte: IPECE/PNAD/IBGE

Entre os anos de 2003 e 2004 foram registrados maiores taxas de crescimento da RFPC para os centis mais baixos da distribuição em detrimento aqueles mais elevados. No período 2004-2005, observam-se valores negativos na taxa de crescimento da RFPC média para os centis entre 1º e 20º, enquanto para os centis entre 40º e 80º as taxas de crescimento da RFPC são positivas e as mais elevadas da distribuição.

De uma forma geral, ao se observar as estatísticas acima podemos verificar que os indivíduos de famílias mais pobres, nos últimos dois anos, tiveram ganhos de renda inferiores às demais classes, inclusive com variação negativa em alguns casos. É interessante lembrar que nesse mesmo período foi implementado o programa de transferência direta de renda “Bolsa Família”. Estes fatos podem gerar questionamentos quanto ao foco do Programa Bolsa Família em relação às famílias em situação de extrema pobreza no Ceará.

No sentido de se analisar a relação entre desigualdade e pobreza ao longo do período sob análise, é apresentada no gráfico 3.5 a seguir, a distribuição da renda domiciliar per capita em reais de 2005, para os anos de 2001, 2003 e 2005. Observa-se claramente que ocorre um deslocamento das curvas para a direita ao longo do tempo, indicando uma elevação na renda média da população. Considerando as linhas de pobreza de cada ano, no gráfico abaixo, ainda é possível notar que a área sob as curvas e a direita da respectiva linha de pobreza, que correspondem à proporção de pobreza no estado, tem se reduzido ao longo dos anos, corroborando com a análise anterior.

Gráfico 3.5: Distribuição da RDPC no Ceará (2001, 2003 e 2005)



Fonte: IPECE/PNAD/IBGE

Ainda a partir do gráfico 3.5, é possível notar que ocorre um achatamento das curvas ao longo do período, o que indica uma maior variabilidade de renda, que por sua vez está

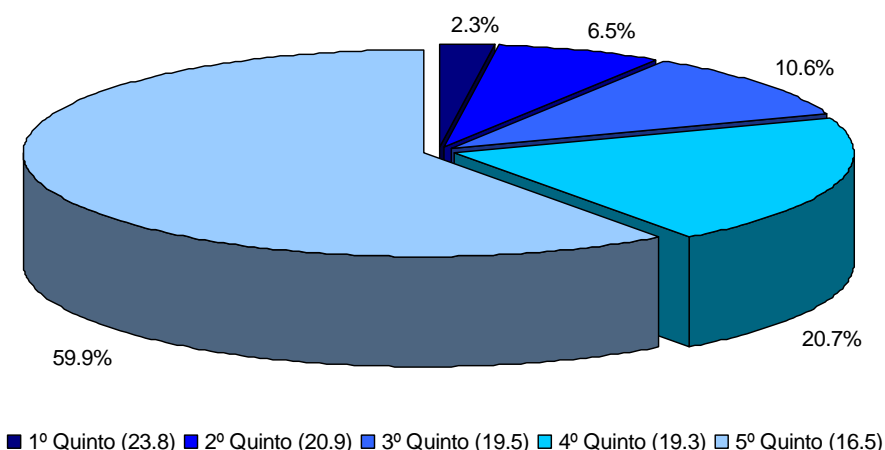
intrinsecamente relacionada com a concentração de renda. Desta forma, o gráfico 3.5 revela três informações ao mesmo tempo: A renda média dos cearenses está se elevando moderadamente; a proporção de pobres está diminuindo; e a desigualdade de renda está se elevando.

Este fato conduz ao seguinte questionamento: Uma elevação da desigualdade deve ser considerada como uma situação negativa, mesmo quando esta se deva a retirada de algumas pessoas de uma massa de indivíduos igualmente pobres, de forma que alguns destes não sejam mais tão pobres? Ou de outra forma, um aumento da concentração de renda ocorrido da melhora da condição social de algumas pessoas que saíram da pobreza, deve ser condenada pelo fato de não ter alcançado a todos que estavam na condição de pobreza? Certamente esta é uma pergunta que deve ser avaliada com cautela.

3.2 A PARTICIPAÇÃO DA QUANTIS NO TOTAL DA RENDA

A participação de cada quantil na soma total da renda é um indicador extremamente relevante para observarmos a estrutura da desigualdade de renda no Ceará. Para facilitar a análise dos dados, as informações se referem aos quintis da distribuição da renda.

Gráfico 3.6: Participação dos Quintis no Total da Renda Familiar no Ceará (2005)



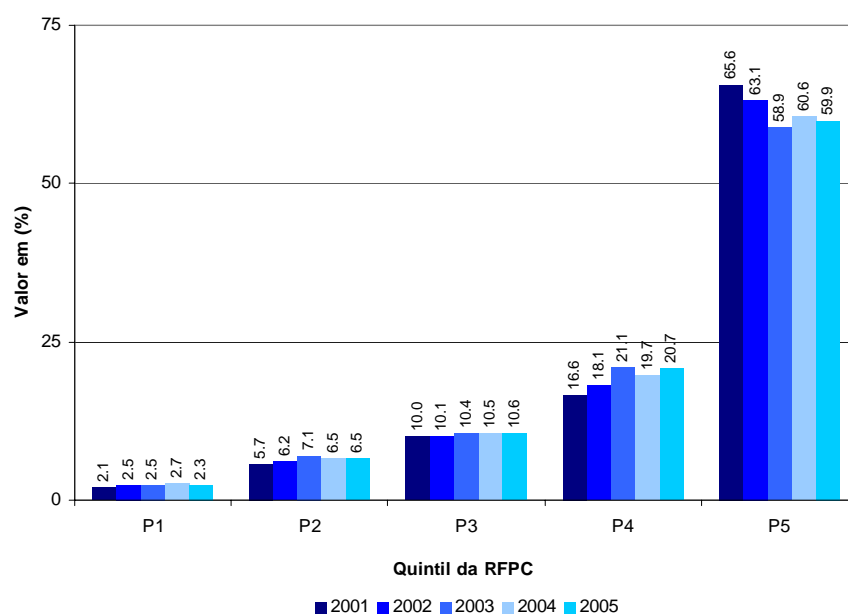
Fonte: IPECE/PNAD/IBGE

Como podemos notar no gráfico acima, o 1º quintil da distribuição (os 20% mais pobres) representa 23.8% da população cearense, no entanto, tal parcela da população se apropria apenas de 2.3% da renda familiar total gerada no estado em 2005.

Por outro lado, apesar do 5º quintil da distribuição (20% mais ricos) representar 16.5% da população total, estes se apropriam de 59.9% da renda familiar total no estado do Ceará. Além disso, a soma as participações do 1º ao 3º quintil (representando 64,2% da população cearense) com 19.4% da renda familiar total do estado, não chega a superar a participação do 4º quintil (representa apenas 19.3% da população cearense), detentora de 20.7% da renda total. Desta forma, é possível perceber o quão desigual é a distribuição de renda no Ceará.

O Gráfico 3.7, abaixo, apresenta o comportamento da participação de cada quinto na distribuição da renda ao longo do período 2001-2005.

Gráfico 3.7: Comportamento da Participação dos Quintis na Distribuição da Renda Familiar no Ceará (2001-2005)

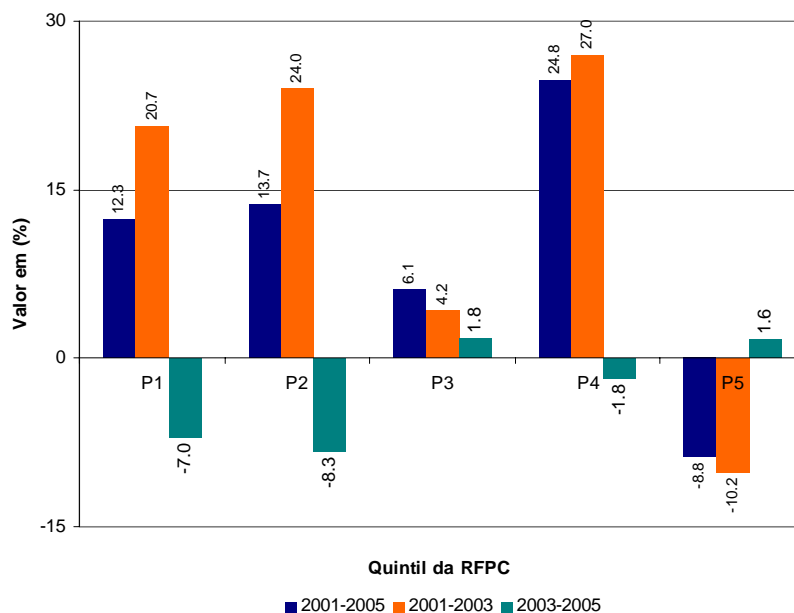


Fonte: IPECE/PNAD/IBGE

Uma primeira visualização do Gráfico 3.7 nos revela que a participação na renda tem oscilado bastante no 4º e 5º quintil da distribuição no período de 2001 a 2005. O período de 2001 a 2003 foi de crescimento da participação do 1º ao 4º quintil na renda total, e diminuição da participação do 5º quintil. No entanto a situação se inverte entre os anos

de 2003 e 2005. O Gráfico 3.8 a seguir, esclarece ainda mais essa mudança na participação da renda.

Gráfico 3.8: Crescimento Acumulado da Participação dos Quintis na Renda Familiar no Ceará (2001-2005)



Fonte: IPECE/PNAD/IBGE

No período 2001-2005, claramente, apenas o 5º quintil perdeu participação na soma total da renda (-8.8%), e os demais quintis obtiveram significativos crescimentos acumulados nesse mesmo período, com destaque para o 4º quintil que obteve um crescimento acumulado de 24.8%. Todavia, quando dividimos os períodos em 2001-2003 e 2003-2005, é possível observar situações opostas para os quintis da distribuição.

No período 2001-2003, os quintis mais baixos da distribuição (1º e 2º) apresentam elevadas taxas acumuladas de crescimento da participação na renda total, juntamente como 3º e 4º quintil. Enquanto o quintil mais elevado (P5) obteve uma redução de 10.2% em relação ao crescimento acumulado da participação na renda total. Entretanto, no período seguinte, 2003-2005, apenas o 5º e o 3º apresentaram crescimento positivo da participação na renda total (1.6% e 1.8%). Todos demais obtiveram valores negativos para o crescimento acumulado da participação na renda total.

Portanto, podemos perceber que as classes de renda mais baixas obtiveram um significativo ganho de participação na renda familiar total no Ceará, durante o período

2001-2003. Entretanto, no período 2003-2005, o que se pôde observar foi uma perda de participação, principalmente para os indivíduos do 1º e 2º quintis (P1 e P2). Por outro lado, os indivíduos pertencentes aos quintis mais elevados da distribuição voltaram a apresentar um aumento na participação da renda familiar total. Esse cenário, certamente, pode ter contribuído para o aumento da desigualdade de renda no Ceará no período recente de 2003 a 2005.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo chama a atenção para o comportamento da desigualdade de renda no estado do Ceará no período 2001-2005. Aparentemente, existem dois períodos distintos do movimento do índice de Gini. No primeiro período 2001-2003, a desigualdade de renda apresenta uma significativa queda e segue a mesma tendência observada para a região Nordeste e Brasil. Entretanto, no período seguinte, 2003-2005, o comportamento do índice de Gini aponta para um aumento da desigualdade de renda, contrariando a tendência regional e nacional.

A análise sobre a renda familiar per capita média mostrou que indivíduos com renda abaixo da linha de indigência ($\frac{1}{4}$ de salário mínimo, em valores de 2005) obtiveram significativa perda de RFPC média e de participação na soma total da renda entre os anos de 2004 e 2005. Por outro lado, indivíduos que estão acima da linha de indigência e abaixo da linha de pobreza (entre $\frac{1}{4}$ e $\frac{1}{2}$ salário mínimo, em valores de 2005) obtiveram seguidos aumentos da RFPC média e conseguiram manter sua participação entre os anos de 2004 e 2005. Essa situação pode estar indicando um aumento da dispersão da renda familiar per capita entre indivíduos que estão abaixo da linha de pobreza, corroborando Barreto et al. (2007). No entanto, o aumento da renda média e da participação dos indivíduos mais ricos no total da renda familiar gerada no período 2003-2005 pode ter contribuído significativamente para o aumento da disparidade de renda no Ceará no período recente.

O mais interessante é que esse aumento da desigualdade de renda no estado do Ceará coincide com o período de implantação do Programa Bolsa Família. Logo, para um maior aprofundamento dessa discussão faz-se necessária uma análise mais detalhada dos efeitos do Programa Bolsa Família sobre a desigualdade de renda no estado do

Ceará. Visto que o PBF é o principal programa de transferência direta de renda para as famílias carentes, resta saber se o programa tem, de fato, beneficiado as famílias mais pobres, e se uma maior focalização do programa contribui mais efetivamente para a redução da desigualdade de renda no estado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MANSO, C. A.; BARRETO, F. A.; TEBALDI, E. **O desequilíbrio regional brasileiro: novas perspectivas a partir das fontes de crescimento pró-pobre**. Fortaleza: LEP/CAEN, 2006. (Ensaio sobre Pobreza, n. 06)

BARRETO; F. A; MANSO, C. A.; SIQUEIRA; M. L.; THEOPHILO, B.; PARANAGUÁ, M. **Uma breve análise sobre os indicadores de pobreza e desigualdade de renda no Ceará: Período 2002 a 2005**. Fortaleza: Laboratório de Estudos da Pobreza – LEP, CAEN/UFC, 2007. (Relatório LEP, n.01).

BARROS, R. P.; CARVALHO, M.; **FRANCO, S.; MENDONÇA, R.** A queda recente da desigualdade de renda no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, 2007. (Texto para Discussão, n. 1258)

IPEA. **Definição e metodologia de cálculo dos indicadores e índices de desenvolvimento humano e condição de vida**. Rio de Janeiro: IPEA, 1998.

NERI, M. **Desigualdade, estabilidade e bem-estar social**. Rio de Janeiro: EPGE/FGV. 2006a (Ensaio Econômico, n. 673).

_____. **A dinâmica da redistribuição trabalhista**. Rio de Janeiro: EPGE/FGV. 2006b (Ensaio Econômico, n. 636).